



A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES COMO INSTRUMENTO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Isabeli Schmitz de Sousa ¹
Laís Ribeiro da Silva ²
Márcia Futata Bessani ³
Mayara Deutner Martineli ⁴
Andressa Lariani Paiva Gonçalves ⁵

INTRODUÇÃO

A referida pesquisa tem como pressuposto discutir o tema “A formação inicial e continuada dos professores como instrumento para a melhoria da qualidade do ensino na educação brasileira”, visto que os documentos que integram a formação de professores no Brasil enfatizam a precarização da formação nacional, consideram o trabalho do professor como um meio de administração das práticas pedagógicas e os orienta de acordo com as novas mudanças da sociedade, formando assim, professores flexíveis e pragmáticos.

No Brasil, alguns documentos como o Plano Nacional de Educação - PNE, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, entre outros, estabelecidos pelo Ministério da Educação - MEC legitimam a formação inicial e continuada dos professores. No entanto, os grifos presentes nos mesmos enfatizam uma pedagogia das competências, que demonstra ao professor como fazer o ensino, trazendo consigo a concepção de modelos de ensino prontos referentes à sociedade atual. A vista disso, essa pesquisa tem o objetivo de apresentar como uma formação inicial e continuada emancipatória pode contribuir para a melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá – PR e Residente do Programa Residência Pedagógica – UEM/CRC, ra115149@uem.br;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá - PR e Residente do Programa Residência Pedagógica – UEM/CRC, ra108693@uem.br;

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá - PR e Residente do Programa Residência Pedagógica – UEM/CRC, ra111803@uem.br;

⁴ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá - PR e Residente do Programa Residência Pedagógica – UEM/CRC, ra111805@uem.br;

⁵ Professora da Rede municipal de ensino de Cianorte-PR, Preceptora do Programa Residência Pedagógica – UEM/CRC, Orientadora desse trabalho, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, andressalariani@gmail.com.



De tal forma, o método utilizado é o bibliográfico com carácter qualitativo, pois será estudado as contribuições teóricas da formação inicial e continuada dos autores Santos (2014), Magalhães (2015), Azevedo (2015), Paulo Freire (2011), bem como as experiências apresentadas pela professora e preceptoras do Residência Pedagógica. E, por fim, utilizaremos o fichamento de livros, artigos científicos, dissertações e entre outros, buscando encontrar informações e conhecimentos que respondam à nossa indagação.

Posteriormente, o resultado da pesquisa nos possibilitou a percepção de que a formação inicial e continuada dos docentes no Brasil encontra-se incorporada a uma prática utilitarista moldada de acordo com a sociedade vigente, de tal forma, com as mudanças sociais e a constituição do capitalismo, retornando à um ensino técnico reestruturado sobre novas formas.

Discutimos assim a ideia de que a formação do docente deve se voltar para a formação humana em sua integridade, pensando na construção da sua autonomia, bem como fazê-lo refletir a respeito da sua prática de ensino, levando em conta que o trabalho docente precisa possibilitar conhecimento. Assim, é primordial que os professores invistam em sua formação e conhecimento para que de fato possa vir a existir uma educação de qualidade nas escolas brasileiras.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação continuada de professores, é um processo que deve ser contínuo e constante, para que se obtenha bons resultados no processo de aprendizagem dos alunos. Porém, no Brasil encontramos ainda nos dias de hoje, uma grande quantidade de professores que não possuem uma formação adequada, pois, até pouco tempo para que se pudesse assumir uma sala de aula era necessário apenas o curso de magistério. Para que o ensino seja realmente de qualidade o ideal seria que todos os professores participassem do processo de formação continuada, que é um direito do professor, segundo o Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/14, metas de 13 a 16.

A partir do ano de 2017 a Base Nacional Comum Curricular passou a implementar os conhecimentos e habilidades que devem ser transmitidos para todas as crianças, matriculadas regularmente no ensino básico, exigindo que todos os professores e equipe pedagógica devem possuir conhecimentos detalhados sobre o currículo adotado pelas escolas e pelos seus Projetos Político Pedagógico, sendo assim, para que se possa obter esse conhecimento exigido, é necessário fazer parte desse processo de conhecimento do docente, que vai além da formação universitária inicial.



Em teoria, todos os professores devem participar da formação continuada, porém na prática nem sempre isso ocorre, não atingindo nem a metade dos professores, essa formação fica a cargo das secretarias de educação, que nem sempre consegue fornecer esse direito aos seus professores, muitas vezes por falta de recursos, e alguns professores no entanto, não fazem suas especializações por falta de incentivos, pois muitas escolas ainda possuem o sistema de ensino padronizado, o que não deixa abertura para as inovações trazidas por essa formação continuada.

Esse processo de aperfeiçoamento dos professores, trazem inúmeras contribuições para o ensino e aprendizado dos alunos, pois, inovam na forma de lecionar, fazendo com que o ensino deixe de ser algo monótono, chato e repetitivo pelo qual os alunos não demonstram nenhum tipo de interesse e por sua vez acaba prejudicando a sua aquisição de conhecimento.

A melhoria do trabalho do professor depende da reflexão sobre as formas de ensinar, analisando os resultados positivos e negativos, para que possa se adequar ao desenvolvimento das competências, habilidade e conhecimentos, demonstrados pelas crianças e adolescentes que estão inseridos em seu ambiente escolar, estudando e propondo melhorias nas atividades e práticas avaliativas e na organização funcional de sua turma. Uma forma eficaz de melhoria, para professores recém-formados, que estão iniciando a sua atuação em sala de aula, é observação de professores mais experientes e qualificados, para que possam absorver práticas e técnicas que tenham sua eficiência comprovada.

Segundo Santos (2014),

As questões apresentadas até aqui nos levam a pensar que uma nova política de valorização e profissionalização dos educadores fundar-se-ia em referenciais, como o estímulo à qualificação profissional, a recuperação da dignidade profissional pela atribuição de salários justos e jornada em uma única escola, a ênfase na formação continuada, articulada a construção coletiva do projeto político-pedagógico, permitindo ao educador tempo para o estudo, para o trabalho coletivo e para a criação de novos projetos pedagógicos que envolvam os sujeitos da ação educativa na escola e na comunidade em que estão inseridos. Sem esses fatores, a política de formação e valorização do magistério teria pouca chance de êxito, pois restringir-se-ia a uma retórica, como ocorreu ao tempo da reforma educativa dos anos 1990. (2014, p. 4).

Entendemos que mais que certificar, a formação continuada pode constituir-se em “requisito necessário à superação intelectual e profissional dos professores” (SANTOS, 2014, p. 5), pois bons professores geram excelentes estudantes.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dado o exposto, é necessário reiterar que a formação continuada garantida por lei apesar de um avanço, ainda há muito a caminhar para chegar nos resultados esperados pelos educadores. Ainda é percebido a formação continuada vista como modo de “capacitação” e/ou “aperfeiçoamento” como cita Santos,

O termo capacitação, por sua parte, expressa a idéia de “tornar capaz aquele que é incapaz, convencer, persuadir” (FLORIANI, 2008, p.78). Trata-se, também, de uma concepção de formação de natureza mecanicista que compreende o professor como um profissional que precisa ser doutrinado, persuadido para aceitar novas idéias e tornar-se capaz de promover mudanças em sua prática. A idéia de aperfeiçoamento se inscreve também nesta mesma perspectiva, na medida em que “implica tornar os professores mais perfeitos”. (PRADA, 1997, p. 88). Assim, podemos afirmar que esse termo pressupõe a idéia de que há um “vazio”, um déficit, na formação, algo que a formação não foi capaz de dotar e que precisa ser preenchido para se garantir a melhoria do desempenho profissional (SANTOS, 2014, p. 2).

Além disso, a formação continuada também é vista erroneamente quando prevê o professor, como um sujeito desprovido de conhecimentos ou portador de conhecimentos obsoletos, que precisa constantemente ser “atualizado” para acompanhar as inovações educacionais, assim como superar “déficits” da formação inicial (SANTOS, 2014).

Como podemos analisar esta é a visão mais comum devido aos documentos recentes inseridos na educação básica como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, Parâmetros Nacionais Curriculares - PCNs, Currículo Regional de Educação Paranaense – CREP e outros, fizeram com quem a maioria dos professores já formados se sentissem inseguros frente a eles, assim a ideia de formação continuada como forma de “atualização” para o professor ganhou força.

Neste sentido, pode-se analisar uma certa recusa dos professores quando o assunto é formação continuada, pois muitos deles estão sempre muito sobrecarregados com tantas aulas lecionadas, pouca ou nenhuma carga horária garantida para sua formação individual que faz com que trabalhem dia e noite causando adoecimento destes professores, assim afirma Santos:

Dessa maneira, os espaços de estudos e reflexão coletiva, considerados de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, acabam se transformando numa atividade não muito prazerosa, em uma sobrecarga de trabalho, em virtude das condições em que se efetiva o trabalho e a formação docente (SANTOS, 2014, p. 3).



No entanto, a formação continuada de professores precisa de uma visão com caráter emancipatória que tem como objetivo demonstrar ao professor conhecimentos para que ele busque referenciar-se e assim criar práticas pedagógicas na sala de aula, junto com a equipe pedagógica, estritamente ligado a sua sala de aula, suas vivências e realidades, diferentemente de buscar “metodologias” prontas para serem aplicadas na sala de aula inerente a realidade de seus alunos.

Ademais, deve-se viabilizar o professor a possuir condições necessárias de carga horária e condições salariais que garantão o investimento em pesquisas e participações em eventos em que professores poderão trabalhar de forma mais prazerosa sem exaustão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, no que tange a formação continuada de professores garantida pela LDB e pelo Plano Nacional da Educação - PNE é um grande avanço para os professores, apesar de muitas vezes mal interpretada tornando o trabalho do professor obsoleto e pragmático. Ainda é um marco para a carreira dos professores, sendo que a partir dela se torna possível estudar práticas pedagógicas muitas vezes esquecidas na sala de aula, também pode devolver o entusiasmo que aprender que todos os professor possuem ao formarem.

Sendo assim, podemos concluir que a formação continuada dos professores se faz de extrema necessidade, pois, ser professor implica em uma constante aprendizagem, visto que o objetivo é formar cidadãos críticos e emancipados que exercer todas as funções na sociedade. Essa continuidade da formação disponibiliza ao professor uma maior autonomia em seu serviço diário e melhoria na sua qualidade de ensino. Por meio da formação continuada surgem propostas de formas inovadoras na prática de lecionar, de modo com que os alunos se mantenham focados e interessados em sua aula, trazendo assim melhorias na qualidade de aprendizagem, fazendo com que seu trabalho seja mais objetivo e resulte em resultados positivos.

Palavras-chave: Educação. Formação inicial e continuada. Qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Sumaya Pimenta de; MALAVASIM, Abigail. A Relação da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire com a Prática Docente no Contexto Educacional. **E-Mosaicos:** Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação



Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ), Rio de Janeiro, v. 6, n. 13, p. 105-111, dez. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MAGALHÃES, Lígia Karam Corrêa de; AZEVEDO, Leny Cristina Soares Souza. Formação Continuada e suas Implicações: entre a lei e o trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 15-36, jan./abr. 2015.

MELLO, Diene Eire de *et al.* O Programa Residência Pedagógica: experiências formativas no curso de pedagogia. **Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 518-535, maio/ago. 2020.

SANTOS, Edlamar Oliveira dos. **Políticas de Formação Continuada para os Professores da Educação Básica**. Pernambuco: Instituto Federal de Pernambuco, 2014.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. A formação de professores na perspectiva crítico-emancipadora. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 17, n. 32, p. 13-31, jan./abr. 2011.